



Extremo Sul da Bahia: integração regional, uma utopia?

Cerqueira-Neto, Sebastião P.G. de¹

Silva, Leonardo Thompson da²

Instituto Federal da Bahia / Campus Porto Seguro

cerqueiraneto.mg@gmail.com

leonardothompson@gmail.com

Grupo de Pesquisa: Observatório Milton Santos no Extremo Sul da Bahia

Resumo

Em um país como o Brasil, com dimensões continentais, é mais fácil observar as diferenças entre os estados e regiões. No Estado da Bahia, onde cabe uma França, são visíveis as disparidades entre as regiões econômicas, pois, o governo não consegue estabelecer uma política de integração regional que seja efetiva. No Extremo Sul da Bahia, que é maior que o Estado de Sergipe, é possível verificar que internamente não há um processo de integração. Percebe-se que a região cresce de maneira desigual, onde aqueles municípios que possuem maior influência política e econômica concentram os maiores recursos públicos e privados, levando uma preferência pelo localismo em detrimento da coletividade. Contudo, mesmo havendo uma opção pelo desenvolvimento local há também discursos internos que propõem a formação de outra Unidade Federal a partir do Extremo Sul da Bahia.

Palavras chave: Extremo Sul da Bahia; Região; Integração.

Introdução

A dinamicidade econômica que acontece desordenadamente em algumas regiões tem sido responsável por evidenciar contradições internas em alguns estados brasileiros, principalmente naqueles em que suas dimensões territoriais chamam a atenção por sua grandiosidade, como por exemplo, o estado da Bahia. A região do Extremo Sul da Bahia, até então preterida na história do desenvolvimento estadual, se tornou um território fértil para a instalação e investimentos de empresas de diversos segmentos, que vão desde o turismo, que aproveita as belezas naturais e o patrimônio cultural desta parte do litoral baiano, até as multinacionais que trabalham com celulose e papel.

A condição histórica de periferia onde a ação do Estado baiano pode ser questionada por um modelo administrativo pautado pela exclusão e privilégio de regiões, isto é,

¹ Doutor em Geografia

² Doutorando em Geografia na UFBA



escolhendo qual fração do seu território deve desenvolver; e a nova posição de polo de desenvolvimento está surgindo um cenário onde o Extremo Sul da Bahia está se configurando como uma região autônoma, podendo provocar uma fragmentação do território baiano. Situações como esta têm provocado discussões sobre uma nova divisão do território brasileiro que estão presentes tanto em proposições de pesquisas científicas quanto na retórica política. Apesar dos objetivos diferentes, as propostas científicas e políticas nascem através de uma perspectiva que é comum nos dois pensamentos, a dimensão espacial. Portanto, o tamanho da área territorial se tornou uma variável para explicar as distorções de desenvolvimento dentro da própria unidade federal, o que estaria provocando uma fragmentação interna e tendo como resultado propostas de criação de novas unidades e territórios federais. Contudo, somente, esta variável não justifica a criação de novas unidades federativas.

Atualmente, três setores da economia (agricultura, celulose e turismo) têm provocado intensas transformações que permitirão a região atingir, em médio prazo, elevados patamares de desenvolvimento. Por outro lado, esses processos de transformação são, sobretudo, setoriais, de natureza exógena, e isto aliado à falta de autonomia regional e a debilidade da administração do território poderão causar mais rupturas na região, e não realizar um desenvolvimento que vise o social e a integração dos municípios que a compõem. Neste caso, o Extremo Sul da Bahia continuará crescendo economicamente, porém, de forma que as diferenças internas se aprofundariam, apresentando a característica mais visível da chamada globalização.

A resolução de questões básicas para a sociedade depende diretamente da intervenção do governo do estado, e quando o Estado se omite sabemos que pode gerar uma grande sensação de abandono e ao mesmo tempo despertar discursos de emancipação por parte da população que habita determinada região. E, num Estado com a dimensão territorial que tem a Bahia, se não há uma política de integração, então, a fragmentação poderá ser vista como o meio para resolver certas questões. Este artigo é um pequeno fragmento da tese de doutorado intitulada “Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia”.

A área desse estudo



O Extremo Sul da Bahia é uma região que está classificada pelo Estado da Bahia sob duas vertentes: como um território de identidade, um projeto que o Estado elaborou para mapear sua diversidade cultural; e a outra classificação é dada através daquilo que a região produz nos principais setores da economia, sendo uma região econômica entre as quinze delimitadas pelo Governo da Bahia. Segundo a classificação do IBGE de microrregiões, na Bahia, o município de Porto Seguro representa toda essa área que é o Extremo Sul, existindo então a microrregião de Porto Seguro que abrangeria todos os municípios localizados no Extremo Sul do Estado. O Extremo Sul é composto por vinte e um municípios e seus limites estão demarcados da seguinte forma: ao Norte, Sudoeste da Bahia e Litoral Sul da Bahia; ao Sul, com o Estado do Espírito Santo; a Oeste, com Minas Gerais; e a Leste, com o Oceano Atlântico. A sua posição geográfica no mapa do Brasil é privilegiada (figura 1), haja vista a região ser atravessada por um dos trechos mais importantes da BR-101 que faz a transição entre o Sudeste e o Nordeste do país.

Figura 1. Extremo sul da Bahia: localização geográfica





Fonte: CERQUEIRA-NETO, 2009.

Algumas dificuldades no processo de integração

Administrar grandes extensões do território sempre foi o desejo de muitos impérios. Mas, possuir muitos quilômetros de território além de significar poder, também se configurou numa problemática para os governos. Dentre os problemas enfrentados para a manutenção de uma hegemonia territorial, talvez o mais expressivo seja as aspirações daqueles que são submetidos, por certo tempo, a condição de explorados. O dinamismo da história mostra que por mais que países imperialistas conseguissem se apropriar de terras que não os pertenciam, seus modelos de administração faliram, tendo em vista que os traçados dos mapas são refeitos amistosa ou forçadamente para atender as necessidades de um povo.

No início do século XIX, na América do Sul, Portugal perde o poder administrativo da sua colônia em decorrência de longos períodos de desgastes que tem como espaço a grande diversidade geográfica do território brasileiro, onde no seu interior fervem as relações sociais e econômicas. Emancipado política e administrativamente os sucessivos governos, no plano federal, lançam projetos na tentativa de reorganização do território brasileiro; como por exemplo, abertura e asfaltamento de BRs cortando o país em diversas direções, descentralização industrial, expansão agrícola etc. Contudo, desde a independência até este início do século XXI, percebe-se que o Brasil continua a enfrentar sérias dificuldades para integrar suas regiões; e em escala menor, pode-se afirmar que os Estados que possuem grande extensão territorial como, a Bahia, Minas, Amazonas, por exemplo, também se mostram incapazes de administrar as desigualdades e os desequilíbrios internos.

Neste texto elencamos quatro fatores que podem ser considerados como decisivos para a existência ou a persistência das desigualdades regionais no país:

- 1) A grande extensão territorial: com 8.511.965 km² para serem colonizados, com uma natureza virgem, Portugal iniciou o povoamento de sua colônia pelo litoral. Porém, com uma costa de 7.367 Km de extensão, a colonização não se daria de maneira igual, dificultando e retardando a presença portuguesa em toda sua amplitude, o que favoreceu a invasão de outros países na costa brasileira.



2) Rede de comunicação precária: dispendo apenas de caravelas, movidas através da força dos ventos e por braços escravos, como o único meio de transporte e comunicação, a troca de informações era deficitária e lenta entre o poder central de Portugal e os seus representantes na colônia. Atualmente, apesar de todos os avanços tecnológicos, existe grande parte do território brasileiro que sequer tem energia elétrica, estradas pavimentadas que possam dar maior fluidez à sociedade e às mercadorias; as hidrovias foram construídas apenas com o intuito de escoamento de produção. Dessa forma, não é levado em consideração a percepção da população que vivem nesses lugares, que acabam por ficar à mercê das informações de poucos privilegiados.

3) Periferia: o Brasil, enquanto colônia, só representava uma imensa jazida de recursos naturais para Portugal, que desenvolveu uma política administrativa caracterizada por um modelo de exploração ambiental, social e cultural. De acordo com Prado Júnior (1998, p.53) o que os portugueses “aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora de gêneros úteis ao comércio metropolitano”. Em pleno século XXI ainda é possível ver uma relação de colônia e metrópole dentro do próprio território brasileiro. Alguns estados com níveis de desenvolvimento baixíssimos e com pouca expressão política, recebem tratamentos idênticos aos destinados quando o Brasil foi uma colônia. E, dentro dos estados existem o que se pode chamar de regiões-colônias, regiões que são apenas fornecedores de matéria-prima; e quando as mesmas não possuem recursos naturais, sobrevivem às agruras da natureza e de políticas “paternalistas”.

4) Interesses políticos: as áreas do Brasil que mais se desenvolviam economicamente recebiam uma maior “atenção” da metrópole, o que irá depender da exploração de um determinado produto que pudesse gerar lucros para Portugal. Este comportamento administrativo pode ter sido a semente da histórica concentração de investimentos no país que privilegia alguns estados em detrimento de outros, e que perdura nos dias atuais.

Observa-se que estas variáveis, somadas hoje, pela atuação das grandes empresas, ainda norteiam a organização de algumas regiões brasileiras. Assim como no passado, os governos atuais utilizam de argumentos vazios, que podem ser superados com facilidade pelas engenharias, para atuar de maneira diferenciada no território. O grande risco deste tipo de



modelo administrativo é que ele pode promover o esfacelamento do poder central e com isso abre possibilidades para que algumas regiões ou municípios se sintam autossuficientes. Cabe ao Estado, principalmente, a responsabilidade de integrar e desenvolver suas regiões dentro de um princípio de igualdade; porém, quando ele passa a adotar políticas que privilegiam algumas regiões em detrimentos de outras, há uma perda significativa de sua governança. A falta desta postura administrativa dos poderes, em qualquer escala, tende a produzir novos arranjos que selecionam ou segregam determinada parte do território.

No Extremo Sul da Bahia o modelo de administração baseada no localismo vai se reafirmando e norteando as metas do desenvolvimento municipal, contribuindo para um distanciamento de um pensamento único e amplo para uma perspectiva regional. Assim, os municípios vão sendo conduzidos política e economicamente para sobreviverem numa guerra onde quem ganha passa a impor as funções dos outros, deixando claro onde está o poder. Dessa forma “os lugares optando por uma disputa mais fragmentadora e isolacionista oferecem outros incentivos que se materializam no território para atrair os investimentos externos” (NONATO e CATAIA, 2004, p.3). Este estágio de relação entre os municípios inviabiliza qualquer projeto direcionado para uma integração interna da região.

Política dos centros

O Extremo Sul da Bahia teve uma grande importância histórica e estratégica para o Estado, principalmente no que concerne à utilização de suas áreas portuárias de onde saíam os produtos para a Europa. No entanto, os planos de desenvolvimento gerados pelo Estado nos distintos períodos da história não consideraram a região, ficando a sua área sendo utilizada somente como fornecedora de matéria-prima. Para o Estado da Bahia as zonas mais relevantes da lavoura cacaueteira deveriam receber mais atenção do que as de produções mais modestas como as cultivadas no Extremo Sul. Enquanto isso, o Extremo Sul do estado ficaria sendo tratado como o berço do “descobrimento” do Brasil e como um atrativo turístico baseado somente nas belezas cênicas do seu litoral, o que não garantirá um futuro promissor para sua população nem tampouco para o desenvolvimento de sua economia. Assim, num breve relato



histórico fixando o período de 1500 até o final do século XIX, Silva (2001, p.61) conclui que “a região do Extremo Sul não consegue se povoar tão intensamente como o Recôncavo e outras áreas do litoral brasileiro que, neste período, adotavam basicamente o mesmo sistema produtivo”. Os planos de desenvolvimento no estado da Bahia seguiram os mesmos critérios realizados em outros estados (privilegiando a capital), havendo uma política de concentração para o desenvolvimento, é tanto que “em 1960, já se configurava uma importante diferenciação regional, historicamente constituída, com expressivos desequilíbrios, entre Salvador e as demais unidades urbano-regionais do Estado” (SILVA e SILVA, 2003, p.69). Estudando a questão da distribuição da oferta de emprego no estado da Bahia, Rodrigues (2007, p.24) chega a seguinte conclusão:

Foi possível constatar o enorme descompasso que existe entre o território Metropolitano de Salvador e os demais. Essa é uma característica que remonta a toda uma trajetória histórica de concentração de investimentos produtivos e de circulação do capital em Salvador e seu entorno.

Isso leva ao seguinte questionamento: será que pelo fato da capital baiana receber investimentos desde o período colonial, quando foi capital do Brasil de 1549 a 1763, não se justificaria, então, o Estado realizar uma distribuição dos investimentos de maneira mais igualitária por todo o território baiano e assim promover um desenvolvimento mais amplo? A quem este modelo de gestão do território público atende? As experiências mostram que não favorece nem o ambiente físico, tampouco grande parte da sociedade que vive em bolsões de miséria. A política de privilegiar os grandes centros continua a ser ineficiente para conter as desigualdades, prova disso é que a cidade de Salvador neste começo do século XXI enfrenta graves problemas sociais e com dificuldades de preservar várias de suas edificações que datam dos seus primeiros anos de vida; suas áreas de preservação natural vêm sofrendo constante invasão por diferentes classes sociais e apresenta panoramas de degradação humana como em outros grandes centros brasileiros.

Quando relembra a história do povoamento do território da Bahia levando em consideração a rede formada pelos trilhos das estradas de ferro e do trânsito dos vapores pelos rios, Freitas (2000, p.28) diz que “o Estado especializava e criava condições para uma nova regionalidade, tudo sem abrir mão de ter e reconhecer Salvador como o núcleo central, lugar



estratégico [...]”. Portanto, o poder central em Salvador não teve competências para distribuir o desenvolvimento entre as regiões do estado; na verdade essa centralização dificultou ou paralisou o desenvolvimento de outras regiões do Estado.

Desenvolvimento interno

Desenvolvimento é mais um daqueles vocábulos em que as ciências sociais e humanas procuram oferecer uma definição dentro dos seus ambientes de estudo, por isso que não é um processo fácil de ser analisado, pois, ele não apresenta uma enunciação única do seu sentido. Nonato e Cataia (2004, p.05) ressaltam que hoje “o sentido de desenvolvimento torna-se muito mais econômico que social, muito mais material que humano, e principalmente, mais perverso que anteriormente”. Humanizar as políticas de desenvolvimento também é parte de um processo de integração em todas as escalas, pois as propostas centradas somente no capitalismo têm mostrado um caminho para o individualismo das pessoas e dos lugares.

Para verificar qual o caminho que o desenvolvimento no Extremo Sul Baiano tomou será preciso esperar mais alguns anos para avaliar o comportamento das grandes empresas que utilizam principalmente dos elementos naturais da região. Uma proposta interessante de se pensar o desenvolvimento dos lugares é apresentada por Sachs (1986, p.18):

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo.

Nos tempos atuais onde a preservação ambiental e de reforço da identidade cultural de um povo permeia os debates sobre desenvolvimento, inclusive o que se chama de sustentável, esta sugestão de Sachs (1986) ganha força, haja vista que ela passa diretamente por um planejamento voltado para solucionar os problemas que afligem os moradores de uma região, ou até mesmo de municípios, requerendo estudos pontuais, tendo em vista que o espaço é natural ou artificialmente heterogêneo. Esta visão se aproxima muito da tendência do localismo. Martins (2002) sugere que o desenvolvimento de um determinado lugar deve ter como base a atuação dos seus moradores como protagonistas do processo. Para que a sociedade local tenha influência nos rumos do seu desenvolvimento uma variável é



fundamental neste debate: a educação; é através dela que um povo pode encontrar a sua liberdade e conduzir seus destinos, produzir suas técnicas e tecnologias e principalmente pensar criticamente o lugar em que vive. Para Hansen (2003, p.103),

O desenvolvimento econômico exibe fortes aspectos regionais e locais; a educação, a capacidade de aprendizagem e o conhecimento tornam-se, cada vez mais, componentes determinantes da trajetória do desenvolvimento local e a economia de serviços cresce em importância enquanto atividade econômica.

Uma das dificuldades para que a educação mostre seus frutos no desenvolvimento, como sublinhado por Hansen (2003), está nas barreiras inumeráveis (conhecidas não só pela comunidade científica, mas também de domínio público) que ela encontra para se desenvolver, por exemplo, em regiões como o Extremo Sul da Bahia. A realidade da maioria das escolas mantidas pelos municípios e Estado na região pouco contribui para que as comunidades onde estejam inseridas se desenvolvam. Escolas Modelos são construídas, mas são apenas modelos, são exceções no cenário educacional da região, assim, o que seria um modelo a ser disseminado acaba por se tornar um oásis num deserto da escassez educacional cultivada por modelos políticos avessos ao desenvolvimento humano. Sobre a educação no Extremo Sul da Bahia, Fontes (2007, p.199, 200) faz a seguinte análise:

Percebe-se que a escolaridade básica e de boa qualidade ainda não faz parte da vida da maioria dos cidadãos da região, pois estes ainda não têm assegurado seu acesso a um conjunto de conhecimentos necessários para participar da vida pública e entrar na competição por melhores empregos.

O contexto descrito por Fontes (2007) reflete claramente que a riqueza que está sendo construída na região através de seus principais agentes de desenvolvimento, principalmente os setores públicos e privados, não contempla a principal variável que coloca uma sociedade apta para conduzir com autonomia o seu futuro. Este cenário de descaso com a educação remete ao que Bunge (1980) chamou de cienciologia, apesar de ser uma análise feita em relação ao desenvolvimento científico, ou ao subdesenvolvimento da ciência, pode ser perfeitamente aproveitada muitas das suas críticas – ou como o autor denomina, as receitas – para entender as causas da educação, mesmo nos níveis anteriores ao nível superior, não ter investimentos que a façam sair de um estágio insatisfatório na maior parte do território nacional.



Se geograficamente cada lugar é único, por que adotar uma fórmula generalista para mensurar o desenvolvimento, que é uma palavra com vários significados? Este tipo de abordagem faz lembrar uma crítica que Raffestin (1993) fez sobre a tendência de que economistas e geógrafos tendem a homogeneizar o espaço e a sociedade, respectivamente.

A região do Extremo Sul da Bahia possui uma estrutura interna fragmentada em outras sub-regiões, como as costas do Descobrimento e das Baleias, com suas diversidades sociais, econômicas e naturais. Essas diversidades vão aparecer quando se estuda cada um dos seus lugares. Um estudo sobre a dinâmica das atividades econômicas e seus agentes favorece a uma maior percepção em relação a um estágio de desenvolvimento ou não de um lugar. Segundo Silva e Silva (2003, p.18),

No atual contexto geográfico-econômico e social é preciso priorizar cada vez mais a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, tomados no âmbito da territorialização, ou seja, de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento em uma escala global.

É justamente esta falta de planejamento territorial, tendo como objetivo principal a integração das regiões e dos lugares, que emperra o desenvolvimento dentro do território nacional, dentro das grandes regiões e dentro das unidades federais, o que contribui para o acirramento e o afloramento do bairrismo entre os lugares. Os níveis de desenvolvimento sempre vão variar entre os lugares, mas há que se pensar em como transpor riquezas daqueles que têm mais para os mais deficientes. E, não está se falando em riqueza como significado de dinheiro, mas, transposições através de outras vias como, por exemplo, conhecimento, saúde, geração de trabalho. Como pôde ser visto na transição que propiciou a reunificação da Alemanha no século passado.

Outra variável que é usada para medir o nível de desenvolvimento de um dado lugar é a avaliação do Produto Interno Bruto; os seus números apontam os municípios mais e menos desenvolvidos baseados na soma de todos os bens e serviços produzidos. É também uma forma de entender como a economia está se comportando entre os municípios e, de certa forma, expõe onde o capital se concentra dentro da região, como está demonstrado na tabela 1.



Tabela 1 - Produto Interno Bruto dos municípios do Extremo Sul, de 2002, 2005, 2009 e 2013 (em milhões R\$)

Municípios	2002	2005	2009	2013
Alcobaça	89,26	125,52	142,98	198,49
Belmonte	58,70	82,06	137,44	225,79
Caravelas	112,17	139,03	211,48	277,92
Eunápolis	352,72	753,40	1.155,48	2.006,81
Guaratinga	65,91	70,07	103,19	172,97
Ibirapuã	30,18	36,73	80,20	137,84
Itabela	80,10	107,65	202,77	278,01
Itagimirim	21,58	44,83	42,27	92,90
Itamaraju	215,44	281,96	513,55	655,45
Itanhém	52,64	76,92	114,24	172,21
Itapebi	68,80	158,44	153,87	110,96
Jucuruçu	29,49	42,27	64,67	93,21
Lajedão	20,49	21,10	28,05	49,39
Medeiros Neto	77,56	95,87	146,89	213,63
Mucuri	511,53	671,87	801,40	1.332,94
Nova Viçosa	132,44	158,30	253,42	372,16
Porto Seguro	311,29	547,28	813,39	1.816,91
Prado	121,19	172,14	285,01	301,07
Santa Cruz Cabrália	59,44	103,77	133,46	238,90
Teixeira de Freitas	410,99	618,55	1.063,91	1.772,45
Vereda	29,02	29,30	48,75	60,24
TOTAL	2.850,97	4.337,08	6.496,42	10.580,25

Fonte: IBGE, 2016; SEI, 2016.

Elaborado por: CERQUEIRA-NETO, S.P.G.; SILVA, L. T., 2016.

Os sete maiores PIB municipais registrados no ano de 2005 têm uma íntima relação com o plantio e transformação do eucalipto, porém, faz-se uma ressalva quanto aos municípios de Itapebi e Porto Seguro, onde duas outras atividades influenciaram para o crescimento de suas arrecadações, a usina hidrelétrica e os investimentos no turismo, respectivamente. Nota-se que o município de Eunápolis apresenta uma trajetória constante no crescimento de sua arrecadação, onde vários fatores contribuíram para tal, como: o aumento de comércios nos diferentes segmentos, o fim de carência de impostos da Veracel com o município, e por ser uma área de atração populacional. Complementando essa relação entre o PIB e o crescimento de uma determinada área, independentemente da sua escala, a tabela 2 apresenta os dados entre todas as regiões econômicas da Bahia.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto entre as regiões econômicas da Bahia, no período de 2010 a 2013 (em milhões R\$)



Regiões Econômicas	2010	2011	2012	2013
Metropolitana de Salvador	71.072,18	72.352,40	76.106,62	85.281,07
Litoral Norte	7.000,12	8.494,46	9.731,12	10.726,08
Recôncavo Sul	4.893,63	5.453,69	6.322,50	7.595,09
Litoral Sul	11.997,60	13.070,94	15.397,63	16.808,31
Extremo Sul	8.298,05	8.860,25	9.639,28	10.580,25
Nordeste	7.713,08	8.009,32	7.746,90	9.097,50
Paraguaçu	11.718,25	13.353,22	14.782,53	17.793,17
Sudoeste	8.387,60	9.390,50	10.207,42	11.614,35
Baixo Médio São Francisco	3.242,62	3.441,07	3.617,56	4.280,56
Piemonte da Diamantina	3.509,02	3.827,05	4.284,62	4.618,62
Irecê	1.802,64	2.044,03	2.224,70	2.552,77
Chapada Diamantina	2.357,67	2.739,47	2.946,85	3.287,77
Serra Geral	3.254,57	3.641,12	4.102,28	4.650,71
Médio São Francisco	1.577,40	1.836,78	2.037,10	2.328,88
Oeste	7.584,29	10.086,93	13.124,00	12.990,07

Fonte: SEI, 2016.

Elaborado por: CERQUEIRA-NETO, S.P.G.; SILVA, L. T., 2016.

Os dados da tabela 2 contribuem para reafirmar que o problema das velhas questões regionais na Bahia continua a existir, como analisado amplamente por Silva e Silva (2003). Estes números também reforçam a análise de que ainda há grandes disparidades internas que são alimentadas pela tradicional política de concentração. Mesmo sob a alegação de que a maioria das regiões obteve crescimento do PIB nos períodos analisados na tabela 2, não se pode negar o abismo entre elas, explícito nos dados entre a Região Metropolitana de Salvador e a região do Médio São Francisco. Para Clemente e Higachi (2000, p.14) “os planos de desenvolvimento regional constituem o exemplo típico de delimitação de região de planejamento pelo setor público”. Então, é o Estado que deve ser responsável por um plano de desenvolvimento e integração regional, porém, são as empresas que estão realizando esta incumbência seguindo suas ideologias administrativas. De acordo com Almeida (2005, p.103) “o desenvolvimento do capitalismo gerou, no Brasil, ao longo do tempo, desigualdades regionais”, e estas desigualdades estão longe de serem reparadas na medida em que a presença das empresas nos lugares cria uma tendência de ingovernabilidade dos mesmos. Baquero (2003, p. 1) analisa a questão do Estado na interferência do desenvolvimento da seguinte forma:

A história tem mostrado, repetidamente, que quando as pessoas não depositam fé nas suas instituições e nos seus governantes a democracia



mantém-se em um estado permanentemente de instabilidade em que predomina a falta de credibilidade e de legitimidade dos governos.

Com uma área de 564.692,66 km², cabendo nela 25 estados do tamanho de Sergipe, o estado da Bahia possui um dos maiores territórios entre os estados brasileiros, onde se encontra uma diversidade de elementos naturais, econômicos, sociais, culturais etc., por isso, se justifica reforçar “a necessidade de construção de uma política estadual de desenvolvimento para suas regiões“ (SILVA e SILVA, 2003, p.77). Se o Estado não assiste, por igual, as suas regiões com projetos voltados para sua integração, e é sabido que há dificuldades para que este modelo ideal seja concretizado, corre-se o risco de sofrer uma intensa desterritorialização, no sentido de perdas de referenciais culturais e, numa situação mais extrema, até a perda de áreas. Santos (2000) afirma, em relação ao papel do Estado, que este não encolheu, mas se omitiu em relação ao bem-estar da sociedade, e como consequência, se tornou mais forte para servir a uma economia cada vez mais hegemônica.

Uma região como as outras

Os estudos geográficos que se dedicam a entender as regiões, desde La Blache, mostram que uma região é feita de lugares, e estes são diferentes entre si, pois são construídos por pessoas na sua diversidade. Desta forma, é natural que cada uma das regiões estaduais seja carregada de diferenciações, como é o caso do Extremo Sul da Bahia, uma região repleta de diversidade ambiental, social, cultural e econômica; e que possui um território maior que alguns Estados e o Distrito Federal, e, talvez por isso, sua integração ainda é apenas um desejo. Todavia, Massey (1981, p.52) diz que “a análise do desenvolvimento regional desigual pode contribuir para os debates sobre movimentos regionais separatistas”. Apesar de ser um pensamento sobre a dinâmica do Reino Unido, este tipo de movimento pode acontecer em qualquer parte do mundo.

Faz-se necessário estabelecer que quando se pensa numa região una, una na sua solidariedade interna, não está se referindo ao fato de que ela seja homogênea, mas que chegue o mais próximo de um desenvolvimento equilibrado e justo, onde os moradores que pertençam



(não só o pertencer geograficamente) à região tenham a preocupação com o desenvolvimento de todos; estendendo este sentimento para outras regiões do País e do globo para daí se pensar, também, num Brasil integrado. Então, é preciso promover atitudes onde o desenvolvimento de Eunápolis, com o maior IDH da região, possa beneficiar de alguma forma o desenvolvimento de Jucuruçu, menor IDH regional (área de influência de Teixeira de Freitas).

São vários os motivos para que este panorama continue na sua forma original, quer dizer, disputas ferozes e desiguais pelo desenvolvimento entre os lugares. Mas, talvez a variável que mais impede uma reorganização pautada num desenvolvimento mais participativo são as vaidades pessoais, que falam mais alto na ambição de ser uma referência estadual ou nacional, num determinado produto, e no jogo do poder da política. E este comportamento pode estar relacionado com a falta da intervenção do Estado, pois, de acordo com Britto (1986, p.10), “cabe ao Estado regulamentar e combinar as relações existentes no seio dos grupos políticos que o cercam, sejam os grupos territoriais, sejam os grupos funcionais, como os partidos políticos ou os grupos de pressão”. Este cenário que está configurado atualmente no Extremo Sul da Bahia, colabora cada vez mais com a ascensão do localismo.

A condução de um desenvolvimento que privilegia o local tem seus pontos favoráveis, como o cuidado maior com os elementos naturais e a cultura, por exemplo; mas por outro lado, pode criar situações que levem a desintegração regional. Amaral Filho (2002, p.17) observa que há um “exagero em se privilegiar as aglomerações de empresas como elemento central na dinâmica industrial de um certo território (...). [como também há] um certo abuso de se focar o local em detrimento do regional e mesmo do nacional ou federal”. Num mundo onde o ideal deveria ser a busca por uma comunidade global mais integrada, com menos desigualdade, o localismo, talvez, representaria um caminho oposto.

Grande parte do problema da desintegração regional se deve a inoperância do Estado. De acordo com Santos, B. (1999, p.67) “a relativa miniaturização ou municipalização do Estado no interior desta nova organização política é normalmente concebida como erosão da soberania do Estado e das suas capacidades regulatórias”. No caso da Bahia “infelizmente, a



exemplo de outros Estados periféricos, apesar de alguns esforços, não conseguiu implantar uma relevante política estadual de desenvolvimento regional” (SILVA e SILVA, 2003, p.58). Isso pode provocar o afloramento de propostas de redivisão do próprio estado e, por conseguinte, se estendendo para o país que, atualmente, também se mostra deficiente na promoção de projetos de integração regional, privilegiando alguns lugares com a venda desses para o mercado externo.

A região do Extremo Sul da Bahia tem despertado um grande interesse por parte de empresas que buscam novos territórios para desenvolver suas atividades, o que contribui para que a mesma se torne uma área de atração populacional, e é também um campo fértil para a realização de pesquisas acadêmicas em todos os níveis e em várias áreas do conhecimento, pois, apesar de abrigar uma área onde teve início a colonização portuguesa, é uma região onde há tudo por fazer. Esta região da Bahia apresenta algumas particularidades interessantes e que chamam a atenção, como por exemplo: a sua história de formação econômica e cultural, que no primeiro momento parece ter uma individualidade, isto é, não foi forjada sob um projeto baiano. Isto conduz a pensar que existe uma coerência na indagação feita por Machado (2000, p.27): seria o Extremo Sul da Bahia “apenas uma divisão administrativa, ou econômica, ou realmente trata-se de uma região que possui uma lógica própria de formação e povoamento, que lhe dá um caráter de unidade?” Para tentar responder a este questionamento, oferece a seguinte análise: revendo o passado de formação da região, não há dúvidas de que a sua formação não ocorreu de forma organizada, não foi pensada estrategicamente, a região nasce de um desmembramento, de certa forma natural, da grande região Sul da Bahia.

No atual contexto, do período histórico pela qual a região está vivenciando, pode-se dizer que o Extremo Sul da Bahia é, geograficamente, pertencente ao maior estado do Nordeste, mas também tem uma história que a difere das outras demais regiões que pertencem a Bahia. Mas, ter uma história própria é inerente as regiões estaduais, principalmente em estados que possuem grandes territórios. Criar uma unidade federal somente através das características do seu povoamento não se configura numa variável decisiva para o processo. A criação de outras unidades pode ser pensada para ajustar a uma nova dinâmica de uma sociedade regional que necessita de um amparo maior por parte de quem decide os rumos do



desenvolvimento no país. Por enquanto, o Extremo Sul da Bahia é o retrato do Brasil no que se refere às desigualdades entre os lugares. Assim como o Brasil não se tornou uno, o Extremo Sul Baiano cada dia mais se fragmenta sob os interesses financeiros e políticos, caminhando na direção contrária da integração.

Conclusão

O Extremo Sul Baiano teve uma trajetória geográfica que o levou à construção de um panorama onde a região se porta como se fosse uma nova unidade federal, formada somente pelos seus municípios, isso se levar em consideração sua dimensão territorial. Mas, também poderia ser construída através da aglutinação por afinidade de relações com alguns municípios do estado de Minas Gerais, nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, e municípios do Norte do Espírito Santo. Evidentemente que esta afirmação pode causar tanto o desconforto para alguns, como perspectivas concretas para outros, porém, ela deve ser considerada quando se começa a fazer uma leitura sobre as novas configurações que o país está adquirindo através da maior fluidez da economia no espaço.

Por outro lado, também não é simples fazer mais um recorte no mapa do Brasil somente para atender a uma vontade política ou mesmo a conclusão de uma pesquisa científica. Dessa forma, como oferecer somente uma via de pensamento seria fechar a questão e poderia causar a sensação de que haveria se chegado a resposta de uma equação, e que assim estaria solucionado um problema de insatisfação administrativa; a tese que deu origem a este artigo sugere duas possibilidades de análise sobre a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia para o futuro da região: 1) que ela pode se tornar uma nova unidade federal ou fazer parte de uma outra unidade através de alguns projetos que tramitam no Congresso Nacional; 2) a região continua a pertencer ao Estado da Bahia, mas gerenciada com outro modelo diferente deste que se pratica no decorrer da história recente do Estado.

Quando os discursos e propostas sobre a criação de novos estados começam a ocupar pautas nos diferentes meios da sociedade é necessário se ter uma atenção e procurar saber o porquê do aparecimento deste tipo de posicionamentos. Afirmar que esses posicionamentos



têm origem somente nas cobiças de políticos é ignorar a dinâmica social e econômica pelo espaço. E, se por um lado, essa não seja a preocupação de muitos administradores públicos, por outro lado, com certeza, pertence aos estudos do geógrafo.

As propostas de criação de novas unidades federais, geralmente, aparecem através do desgastes nas relações dos modelos de administração dos governos federal e estaduais, provocando o aprofundamento das fissuras socioeconômicas que podem ser concretizadas no aparecimento de novos mapas. No caso do Extremo Sul da Bahia pode-se falar que o Estado foi omissos no seu desenvolvimento a partir do momento em que a região foi tratada como periferia, deixando-a alijada dos projetos de inserção estadual.

O Extremo Sul que foi “planejado” para ser uma extensão da região cacauífera, um espaço derivado de Itabuna-Ilhéus não conseguiu se adaptar para esta função, sendo que um dos motivos para este fracasso pode ser remetido ao fato de que a região não teria vocação para o cultivo do cacau. Desta maneira, o que aconteceu é que com uma proximidade de relação muito maior com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a região passa a ser configurada economicamente por investidores do Sudeste. Diante deste cenário é correto afirmar que o Extremo Sul nunca foi, efetivamente, uma área de projeto de desenvolvimento da Bahia, mas um prolongamento das atividades do Sudeste brasileiro.

Em relação à dinâmica com o Estado (o poder central da Bahia), o Extremo Sul da Bahia parece estar num processo de desintegração; internamente, a região ainda é incipiente no que concerne a projetos de integração. Colocar em debate a proposição de novas delimitações internas nos mapas estaduais não é uma tarefa fácil, pois mexe com muitos interesses políticos e econômicos, tanto para quem deseja manter suas influências numa determinada área, quanto para quem deseja experimentar o poder de governar. Mesmo no meio acadêmico não há um consenso sobre esta questão. Talvez a busca por uma estabilidade no sistema da administração do território nacional sobreponha a uma proposta de novas fragmentações, tendo em vista que isto criaria novas dinâmicas da população e dos empreendimentos, o que de certa forma abalaria o que parece estável. No entanto, o movimento e a transformação são próprios da sociedade, da economia, do espaço geográfico.



Referências

- ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. n.2, 2005. p.102-114.
- ALMEIDA, Maria Geralda e VARGAS, Maria Augusta. **A dimensão cultural do sertão sergipano**. In: José A. F. Diniz e Vera L. A. França (Orgs.). Capítulos de geografia nordestina. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair. **A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local**. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos. Curitiba, 2002. p.01-21.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA). **Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia**. Salvador, 1994. (Série Cadernos CAR, 3).
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba (PR). N.21, p.7-11, Novembro, 2003. p.83-108
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BUNGE, Mário. **Ciência e desenvolvimento**. Tradução: Cláudia R. Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- CLAVAL, Paul. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, R. L. (Orgs.) Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- CLEMENTE, A. e HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. Tradução: Carlos E. M. de Moura. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1995.
- FONTES, Ednice de Oliveira. **Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo**. Tese (Doutorado em Geografia) Aracaju. UFS/NPGeo, 2006.
- FREITAS, Antônio F.G. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. **Revista Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.9, n°4, p.24-37. março, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Broges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HANSEN, Dean L. **Educação e desenvolvimento local**. In: FALCÓN, Maria Lúcia O.; HANSEN, Dean L. e BARRETO JÚNIOR, Edison R. (orgs.) Cenários de desenvolvimento local: estudos exploratórios. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003. p.97-123.
- MACHADO, Gustavo B. **Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 – 2000**. Dissertação (mestrado em economia). UFBA/BA. Salvador. 2000.
- MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 03, N.5, p. 51-59, Setembro, 2002.
- MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Revista Espaços e Debates**. São Paulo. vol.11, n.4, 1981. p.50-83.



NONATO, Rita de C. e CATAIA, Márcio. **Manifestações territoriais da crise da federação brasileira: propostas de criação de novos estados.** Consultado no site www.igeo.uerj.br/VICBG, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Flávia Santana. O emprego formal segundo os territórios de identidade da Bahia. **Conjuntura & Planejamento.** Salvador, n.157, p.16-24, out/dez.2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo.** In: HELLER, Agnes (org.). Crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Bárbara-Christine N. (et al). **Atlas geográfico: espaço geo-histórico e cultural.** 2. ed. João Pessoa (PB): Grafset, 2004.

SILVA, Sylvio C.B.M. e SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003.